

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária****Aviso n.º 17089/2012**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 17.º da lei preambular e artigo 72.º do RCTFP (Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro) torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de novembro de 2012, na sequência do procedimento concursal aberto através do Aviso n.º 17525 /2011, publicado no DR, 2.ª série, n.º 173, de 8 de setembro, para preenchimento de 21 postos de trabalho da carreira e categoria de técnica superior, do mapa de pessoal da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, com a trabalhadora Ana Marta Gomes Calambra, com a remuneração situada entre a 2.ª e a 3.ª posição remuneratória, nível remuneratório entre o 15.º e 19.º da tabela remuneratória única da carreira técnica superior.

2012/12/17. — O Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, *Paulo Marques*.

206607076

Guarda Nacional Republicana**Comando-Geral****Declaração de retificação n.º 1624/2012**

Por não ter sido publicado no despacho n.º 14028/2012, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 209, de 29 de outubro de 2012, assim se publica:

Quadro da arma de cavalaria:

2070020, Hilário Rui da Mota Cerqueira.
2070025, Celso Leandro Fernandes Araújo Leones Pereira.
2070023, Paula Alexandra Lino Fernandes.
2070039, André Agostinho Rodrigues.
2070029, David Luis Marques dos Santos.
2070043, Rafael Bastos Ribeiro.
2070037, Nuno Filipe Estalagem Afonso.

3 de novembro de 2012. — O Comandante da Administração de Recursos Internos, *Manuel Mateus Costa da Silva Couto*, major-general.
206605375

Despacho n.º 16344/2012

Por despacho do Ex.^{mo} Comandante do CARI, de 08 de novembro de 2012, proferido no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 8329/12, de 16 de maio de 2012, do Ex.^{mo} Comandante-Geral, é cessada a demora na promoção, nos termos do n.º 2 do Artigo 136.º e promovido ao posto de Sargento-Ajudante, por antiguidade, o 1.º Sargento de Cavalaria (1940569) António João da Silva Castelão, desde 01 de outubro de 2009, nos termos do Artigo 119.º e alínea c) do Artigo 234.º, todos do EMGMR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/09 de 14 de outubro.

19 de novembro de 2012. — O Comandante do Comando da Administração de Recursos Internos, *Luis Filipe Tavares Nunes*, Major-General.
206605383

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Direção-Geral da Política de Justiça****Despacho n.º 16345/2012**

O Decreto-Lei n.º 163/2012, 31 de julho, definiu a missão, atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral da Política de Justiça. No seu desenvolvimento, a Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro, determinou a estrutura nuclear e as competências das respetivas das unidades orgânicas.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, as comissões de serviços dos cargos dirigentes cessam com a extinção ou reorganização da unidade orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo dirigente do mesmo nível que lhe suceda.

Considerando a existência de identidade funcional relativamente às competências que vinham sendo exercidas pelos titulares dos cargos de direção intermédia de 1.º grau, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 1.º da Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro, no n.º 9 do artigo 21.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, determino a manutenção das comissões de serviço dos titulares de cargos de direção intermédia de 1.º grau, nas seguintes unidades orgânicas nucleares que sucedem às anteriormente existentes:

1 — A licenciada Maria João Gomes Morgado Costa, no cargo de Diretora de Serviços de Estatísticas da Justiça e Informática, previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro;

2 — O mestre João Pedro Arsénio de Oliveira, no cargo de Diretor de Serviços do Gabinete de Relações Internacionais, previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro;

3 — A mestre Helena Fernanda Esteves Alves, no cargo de Diretora de Serviços do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro.

1 de dezembro de 2012. — O Diretor-Geral, *António Costa Moura*.
206596222

Despacho n.º 16346/2012

O Decreto-Lei n.º 163/2012, 31 de julho, definiu a missão, atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral da Política de Justiça. No seu desenvolvimento, a Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro, determinou a estrutura nuclear e as competências das respetivas das unidades orgânicas.

Considerando a vacatura do cargo de Diretor de Serviços de Gestão de Recursos desta Direção-Geral, torna-se necessário proceder à designação, em regime de substituição, de um diretor de serviços até à designação de novo titular, de modo a assegurar o regular funcionamento dos serviços.

Considerando que a licenciada Ana Maria Vicente da Silva Horta reúne o perfil profissional adequado e ser dotada da necessária competência e aptidão para o exercício da função, conforme resulta da respetiva nota curricular anexa ao presente despacho:

1 — Designo, em regime de substituição, no cargo de Diretora de Serviços de Gestão de Recursos da Direção-Geral da Política de Justiça, a licenciada Ana Maria Vicente da Silva Horta, especialista superior da Polícia Judiciária, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea d) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 1.º da Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro, e dos artigos 7.º, 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de dezembro de 2012.

1 dezembro de 2012. — O Diretor-Geral, *António Costa Moura*.

Nota curricular

Nome: Ana Maria Vicente da Silva Horta
Data de Nascimento: 12/05/1973
Formação Académica:

Licenciatura em Gestão, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa;

Pós-Graduação Avançada em Finanças e Gestão do Setor Público pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF), da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Componente curricular do Mestrado em Administração Pública, especialização Justiça, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade Técnica de Lisboa;

Formação Profissional:

Curso FORGEP — Formação em Gestão Pública, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE);

Frequência de diversas ações de formação profissional e participação em seminários e conferências nas áreas da administração pública, gestão e finanças;

Membro do júri de diversos processos de aquisição de bens e serviços, e de procedimentos concursais de recrutamento e seleção de pessoal;

Participação em diversos grupos de trabalho em matérias atinentes ao exercício das suas funções;

Designada perita da bolsa de peritos da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRoSAP).

Experiência Profissional:

1991-1997 — Desempenho de funções no Departamento de Programas Operacionais e no Departamento Financeiro da empresa FER-